

Expedição à Ilha da Trindade*

PAULO DE ASSIS RIBEIRO

I — INTRODUÇÃO

Objetivo da expedição João Alberto

O objetivo fixado por V. Excia., senhor Ministro, para a Expedição, foi o de ser feito um levantamento sistemático das condições geográficas e dos problemas técnicos e econômicos, cuja análise permitisse um planejamento para ocupação econômica definitiva da ilha da Trindade.

Este levantamento embora predominantemente com o caráter de uma análise regional geográfica, deveria tanto quanto possível, incluir análises topicais que seriam completadas por estudos e pesquisas a serem progressivamente elaborados nas subseqüentes viagens preparatórias e após a ocupação definitiva.

Deveria assim, ser coletado o máximo de material para estudo e registrados todos os fatos de real interesse, a fim de serem analisados nos nossos melhores centros de pesquisas e submetidos os resultados ao exame e crítica dos especialistas que se incumbirão dos vários setores de planejamento.

Atendendo a este objetivo, ditado por V. Excia., foi que tracei o plano de organização da Expedição cuja síntese apresento adiante.

Plano de organização da expedição

Não cabe neste relatório prévio, a exposição do plano elaborado para a organização da Expedição, o qual fará, no entanto parte do relatório final para constar como documentação dos trabalhos desta iniciativa.

Resumiremos as suas linhas gerais:

1 — logo que V. Ex.^a me determinou a tarefa de organizar a Expedição, pus no meu escritório técnico à rua Álvaro Alvim 21, uma sala reservada à ilha da Trindade e destaquei cinco auxiliares para atender ao expediente normal deste empreendimento.

2 — foi então reunida a bibliografia existente sobre a ilha da Trindade: livros, folhetos, revistas, recortes de jornal, fotografias, desenhos, plantas, cartas hidrográficas, fotocartas; e convidados muitos dos últimos ocupantes da ilha a prestarem informações pessoais, que eram anotadas.

3 — ao mesmo tempo, fazíamos convites aos órgãos oficiais, federais e estaduais, bem como a instituições particulares especializadas para participarem dos estudos e pesquisas, sendo ouvidos sobre a colaboração que podiam dar e os elementos que poderiam ser coletados para seu próprio interesse no campo técnico-científico.

4 — também foram logo feitos os entendimentos com os centros de estudos e pesquisas que fariam as análises especializadas do material coletado bem como os planejamentos das obras e empreendimentos na base dos dados técnicos e das observações feitas pelos membros da Expedição.

5 — foram feitos os entendimentos com o senhor ministro da Marinha para uma ampla colaboração no tocante aos meios de transporte da Expedição e ainda, para observações oceanográficas e terrestres bem como para os meios de comunicação dos navios com a ilha e entre pontos diversos da ilha, com pessoal e material dos serviços especializados daquele Ministério.

6 — foram adquiridos os equipamentos necessários à habitação dos expedicionários na ilha, no caso das casas existentes não se acharem em condições de habitabilidade; para cozinha e alimentação; para medicina de urgência; para trabalhos de campo; para iluminação dos acampamentos, etc.

* Trecho do relatório preliminar da expedição à ilha da Trindade, que tomou o nome de "Expedição João Alberto", apresentado pelo Sr. Paulo de Assis Ribeiro coordenador da mesma.

7 — foi providenciado o abastecimento para alimentação dos expedicionários de terra, na hipótese de se tornarem impraticáveis as ligações dos navios com a ilha, durante a permanência dos expedicionários e para eventuais excursões de expedicionários na ilha que não permitissem a volta diária aos alojamentos da base.

8 — foi ainda providenciado o equipamento com transportadores de cargas individuais, vestuário suplementar, agasalhos, material de alpinismo, sendo ainda fornecidas aos expedicionários instruções sobre o vestuário e calçado adequado às diversas situações como desembarque, caminhadas na areia, no pedregulho, nas escaladas, etc.

9 — foram tomadas as providências para a execução de uma perfeita documentação fotográfica, cinematográfica, e convidados os jornalistas para participarem da Expedição.

10 — por fim, foram organizados os programas de trabalho para os diversos setores:

- a — levantamento astronômico e geodésico,
- b — levantamento topográfico,
- c — levantamento para estudos oceanográficos,
- d — estudos especiais de pesca,
- e — observações meteorológicas,
- f — levantamento para estudos geológicos,
- g — levantamento para estudos pedológicos,
- h — levantamento para estudos biológicos,
- i — pesquisas de ruínas de valor histórico,
- j — observações para a obtenção de energia,
- k — estudos para o plano de urbanização,
- l — estudos para a solução do problema de atracação e construção do pôrto,
- m — estudos para a construção da pista de pouso, e
- n — observações para o plano de ocupação econômica.

O roteiro para cada um destes setores foi previamente traçado em colaboração com os especialistas convidados e para cada um, foi providenciada a remessa de material e equipamento necessário inclusive um navio especializado em pesca de linha e arrasto, com aparelhamento para pesca de cação por rêde e espinhel, o "Vega", que ainda se acha em trabalhos de pesquisa de pesca.

Para a boa articulação dos trabalhos na ilha, foram realizadas várias reuniões em nosso escritório e nos centros especializados no Rio de Janeiro e em São Paulo com os cientistas e técnicos.

II — LIGEIRO HISTÓRICO DA ILHA DA TRINDADE

A) Descobrimento

Seja por não ter sido julgado assunto de maior interesse político — já que as primeiras referências do início do século XVI, no reinado de D. MANUEL o Venturoso, — seja por não ter sido possível encontrar um único documento cujo texto permitisse uma opção mais justificada para decidir historicamente sobre o verdadeiro descobridor, fato é que nenhum dos nossos historiadores pôde ainda afirmar com fundamentos quando e por quem foi descoberta esta ilha e mesmo por quem, porque e quando lhe foi imposta a denominação.

JOÃO DA NOVA (?-1509) navegante espanhol a serviço de Portugal, conhecido por JOÃO GALEGO; chefe da expedição à Índia de 1501/1502; ESTÊVÃO GAMA (sobrinho de VASCO DA GAMA), que seguiu de Lisboa a 1 de abril para unir-se a VASCO DA GAMA, que partiu para as Índias a 10 de fevereiro de 1502; AFONSO DE ALBUQUERQUE (1453/1515) chamado o *Grande* ou o *Marte Português*, descendente bastardo do rei D. DINIZ, que chefiou a expedição de 1503 à Índia são os mais citados pelos historiadores como seus possíveis descobridores.

Quanto a JOÃO DA NOVA, não nos parece mais possível insistir em ter sido o descobridor, pois seja na ida em 1501 ou na volta em 1502 a ilha por êle descoberta foi a que

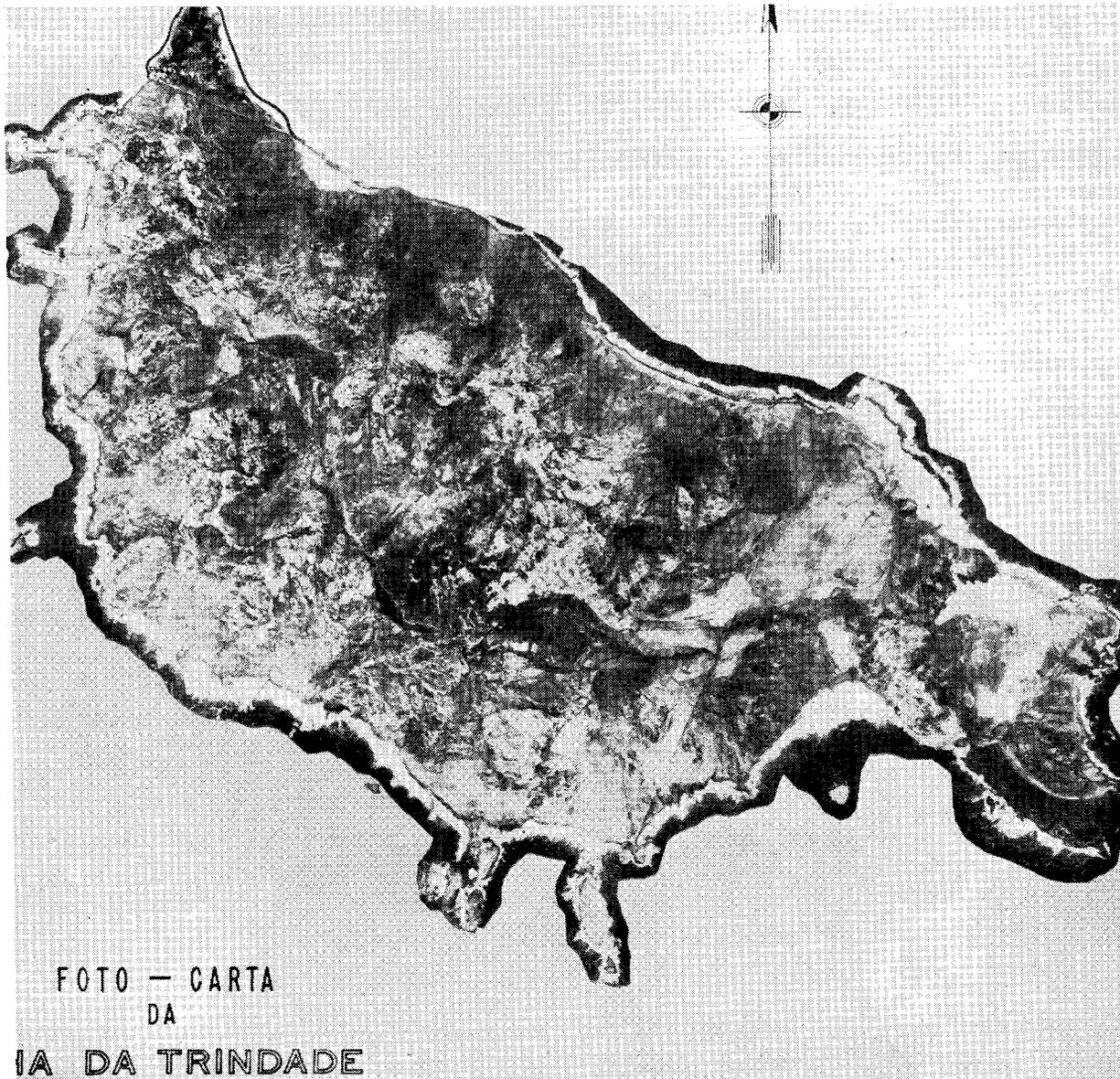


Fig. 1

denominou Conceição, situada a 8° de latitude sul, depois chamada Ascensão, e, que por equívoco, durante séculos foi confundida com a da Trindade, acarretando possivelmente este equívoco a denominação de Ascensão dada à ilha da Trindade, sem que esta tivesse recebido realmente este nome, do seu verdadeiro descobridor.

Os textos que se referem à descoberta de ESTÊVÃO GAMA são muito imprecisos, sendo mais fácil mostrar a impossibilidade de se tratar da ilha da Trindade do que tentar-se a sua adequação tanto às reais condições da ilha como à sua verdadeira posição no oceano.

Resta assim a possibilidade de ter sido AFONSO DE ALBUQUERQUE o descobridor, pois, pela descrição de EMPOLI teria avistado esta ilha e admitido, por simples presunção, ser ela já descoberta.

Entre 1503 e 1507 é que se teve, certamente, conhecimento da existência da ilha da Trindade e do arquipélago Martim Vaz (piloto ou capitão português de que não há outra notícia e também possível descobridor da ilha) pois, já então, o mapa de KUNSTMANN III, impresso por volta de 1507, representa mais ou menos na posição real a ilha Ascensão (Trindade) com três ilhéus próximos e o mapa de CANTINO (1502) não registava nenhuma dessas ilhas. Nem MATEO DI BERGANO ou DI BENIGNO nem TOMÉ LOPES que escreveram sobre

a segunda viagem de VASCO DA GAMA em que seguia também ESTÊVÃO GAMA, nem JOÃO D'EMPOLI que ia na armada de AFONSO DE ALBUQUERQUE se referiram àqueles ilhéus, e é curiosa esta omissão, pois chegando à ilha da Trindade só com mau tempo excepcional seria possível ignorar os três ilhéus que se avistam nitidamente nas proximidades da ilha da Trindade e com muito mais razão indo-se em direção à costa da África por ficarem a leste da ilha.

* * *

O documento mais antigo que faz referência positiva ao domínio de Portugal sobre a ilha da Trindade (neste documento denominada Ascensam) é o foral de D. JOÃO III pela qual é feita doação da ilha a BELCHIOR DE CARVALHO e sua descendência, em 25 de agosto de 1539.

Nesse documento, arquivado na Tôrre do Tombo há mais um elemento para confundir o conhecimento de sua descoberta, pois nêle se declara que “a qual ilha he deserta e overa vinte cinco annos, pouco mais ou menos, que descoberta sem atee ora ser povoada nem aproveitada”. Isto, a ser certo, traz o descobrimento da ilha para depois de 1510 e assim não seria nenhum dos acima citados, os seus descobridores. Porém, os historiadores não deram maior importância a esta passagem da carta de D. JOÃO III, embora a proximidade das datas não justificasse um erro tão sensível na avaliação da data do descobrimento por parte dos redatores da carta e do próprio BELCHIOR que “cavaleiro de mynha casa (D. JOÃO III) a el Rey, meu Senhor e podere que santa gloria aja e a mim tem feytos a sy nestes reynos como na Africa e na India e em outras partes” era, segundo parece, bastante familiar dos empreendimentos marítimos de Portugal, naquela época, há, portanto, evidentemente, engano nesta referência pois o mapa de KUNTSMANN III representa o conjunto Trindade-Martim Vaz e é aceita a sua impressão como sendo aproximadamente em 1507.

B) Reconhecimento e ocupação

I — *Brasil-Colônia*

Apesar da citada doação nada consta que nos autorize pensar que nesta época e mesmo durante todo o século XVI tenha sido a ilha, sequer abordada e muito menos povoada, como era desejo de D. JOÃO III, pois ainda neste século o que consta é que uma esquadra holandesa da companhia dos países remotos em 1598, procurando, na rota de Santa Helena para o estreito de Magalhães, fazer aguada, avistou a 21 de maio uma ilha deserta que deve ter sido Trindade pela latitude indicada, na qual não acharam refrescos.

Século XVII — Em 1629 uma esquadra partiu de Lisboa para a Índia avistou a ilha da Trindade a 1 de junho, e ainda aí não há indicação de que tenha sido abordada.

Século XVIII — A primeira referência de que esta ilha foi abordada é a que cita ter o capitão inglês EDMOND HALLEY (1656/1742), matemático e astrônomo, que o governo inglês encarregara de pesquisas sobre medições magnéticas no Atlântico, as quais deram lugar ao primeiro grande mapa de variação magnética, aportando na ilha e julgando-a ainda não descoberta, dela tomou posse em nome do seu governo a 15 de abril de 1700.

Em 1722, tripulantes de navios ingleses aportados na ilha Grande, e que se diziam com destino ao cabo de Boa Esperança, convidavam moradores do Rio de Janeiro para organizar o comércio de escravos da Costa da Mina, fazendo-se base na ilha da Trindade que serviria como feitoria da Companhia Real da África.

Nesta ocasião, a Inglaterra possuía o contrato do Asiento para o período de 1713/1743 pelo Tratado de Utrecht que lhe dava o privilégio do transporte de escravos para as colônias espanholas. Haveria uma povoação da ilha da Trindade na qual estava empenhado o



Fig. 2 — Vista parcial — NE da ilha — vendo-se o relêvo do Pão de Açúcar e a crista do galo.

duque de XAMBRE, o maior interessado na Companhia de Guiné, destinada a incentivar aquêle comércio.

Avisados, o vice-rei do Brasil VASCO DE MENESES e D. JOÃO V, rei de Portugal, êste, em 22 de fevereiro de 1724, ouvido o seu Conselho Ultramarino, determinou que se fortificasse a dita praça (ilha Grande ou da Trindade?). Na dúvida, de qual das duas praças

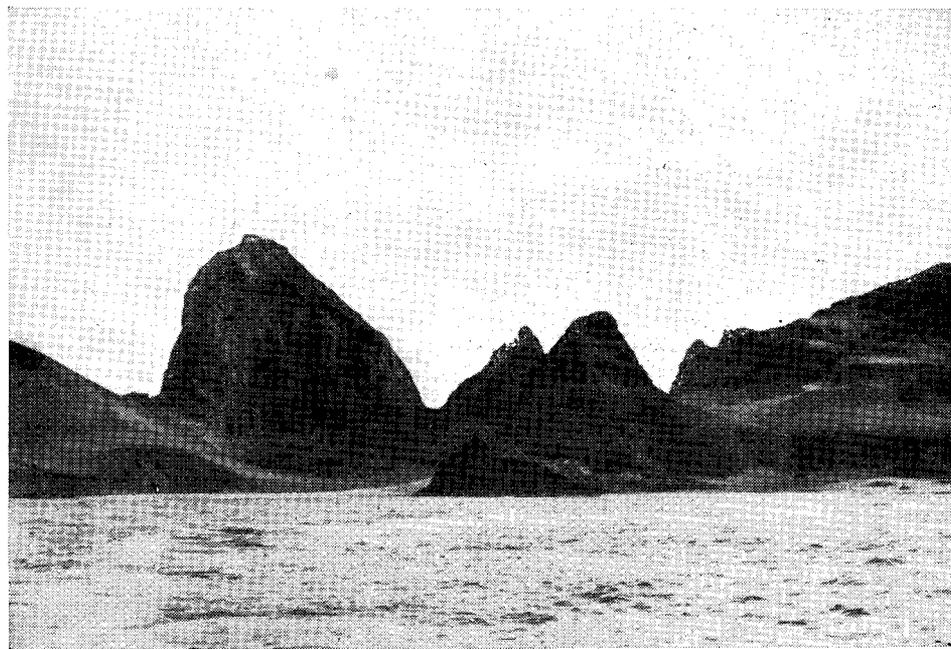


Fig. 3 — Vista parcial — NE da ilha — vendo-se as praias das Tartarugas, do Andrada e o relêvo do Pão de Açúcar, do Pico das Grazinhas.

deveria ser fortificada, o governador da capitania AIRES DE SALDANHA, informou ao rei das dificuldades de fortificar tanto uma como a outra. Quanto à Trindade só era conhecida por uma informação dada pelo segundo piloto de uma das naus de guerra inglesas que vieram tratar daquele comércio de escravos e por isso, comunicava o governador que iria mandar um engenheiro para reconhecê-la. Não consta se efetivamente este engenheiro foi enviado com este fim à ilha da Trindade.

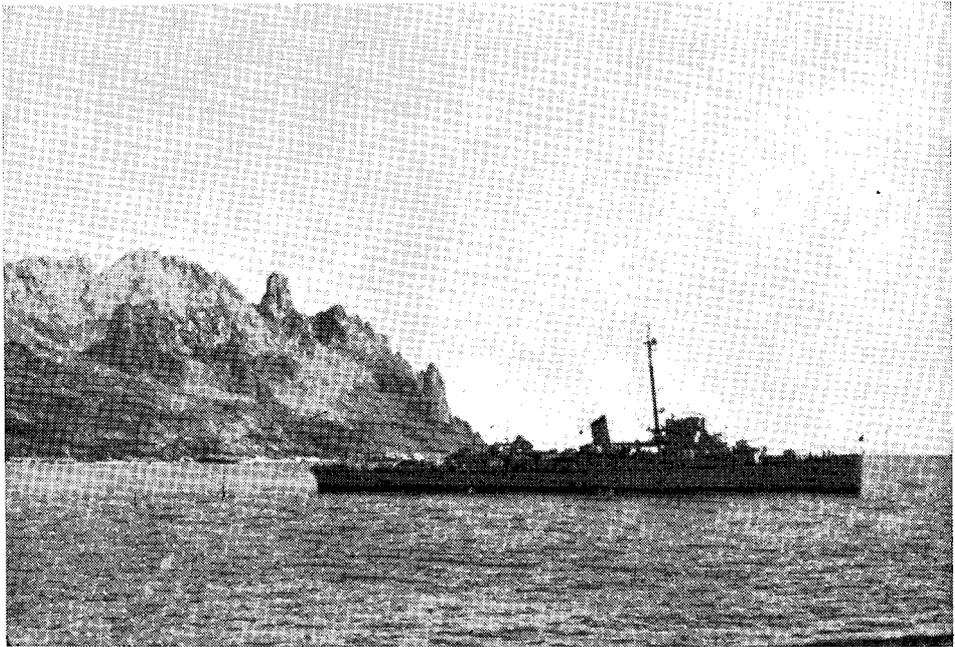


Fig. 4 — Vista tomada do Baependi, vendo-se o Beberibe, e fundo a crista do Galo.

Em 1756, organizou-se enfim uma expedição para fazer os levantamentos básicos de um reconhecimento da ilha da Trindade, pelos portugueses; é realmente esta a primeira tentativa, que consta na história, de ocupação da ilha por parte dos portugueses.

Sua Majestade D. José I determinou que se fizesse uma expedição por carta de 18 de junho e a 27 de setembro seguiu uma bem completa expedição que voltou a 16 de dezembro sem ter podido dar cumprimento à missão. Novamente voltou a expedição com o piloto JOSEPH ALVEZ LIMA, no dia 12 de janeiro de 1757 e a 27 de abril retornavam tendo feito o mapa da ilha e anotado as observações no diário de viagem, remetido em 26 de maio para Sua Majestade. Em 12 de outubro de 1758 acusa Sua Majestade o recebimento destes documentos, elogia-os e parece que foram arquivados sem maiores providências.

Não chegou, pois, a haver um início de ocupação. “La Renomeé,” comandada por DUPENSEL em 1760 passara por Trindade e Martin Vaz.

Há uma referência à ilha da Trindade feita pelo capitão JOÃO ABREU PEREIRA que “de um navio vindo da Europa para o Brasil, um barco do contra-mestre, nas proximidades da ilha pescou infinito peixe, a vinte e cinco braças de fundo”, o que se teria passado em 1773. Este capitão, no entanto, não merece muita fé como veremos adiante.

JACOB COOK (1728/1779), comandando o “Resolution” de regresso à Inglaterra na viagem em que a 17 de janeiro de 1775 descobriu a Geórgia meridional, e cuja rota devia ser o cabo da Boa Esperança, tocou a 28 de maio do mesmo ano na ilha da Trindade.

Em 1781 a ilha é novamente ocupada, pelo comodoro inglês JOHNSTOWE, com uma força inglesa a serviço relacionado com a guerra da Espanha. Soube Portugal deste fato em 1782, ou por intermédio do vice-rei do Rio da Prata, D. JOÃO JOSÉ VERTIZ, que por sua vez soube de um alferes D. JOÃO DE ROMANET, comandante da sétia espanhola “Jesus Maria José” que sondando os mares, do Rio até aquela ilha, verificou a existência de uma

fortificação inglesa — ou, por uma carta de 30 de janeiro de 1782 dirigida da Bahia ao marquês de VALENÇA, falando de um combate entre ingleses e franceses, próximo da Trindade.

Apurados os fatos pelo ministro português em Londres, LUÍS PINTO DE SOUSA, êste entendeu-se com o governo inglês e sem maiores dificuldades lorde GRANTHAM, lorde do Almirantado, determinou a evacuação da ilha pelo capitão D'AUVERGNE, comandante da chalupa "Sarck" que ficara no comando da guarnição por ordem do comodoro JOHNSTOWE isto em fins de 1782.

Foi então organizada a segunda expedição portuguesa para ocupação da ilha da Trindade.

Deveria tomar conta da ilha o sargento-mor JOÃO DE ABREU PEREIRA, que com equipamento completo partiu em fins de agosto de 1782 do Rio de Janeiro e a 15 de setembro avistou a Trindade. Tendo verificado a presença dos ingleses deu o sargento-mor ordem de voltar e sem cumprir as instruções recebidas retornou ao Rio alegando doença, porém, foi apurado tratar-se de covardia.

Novamente seguiu a expedição com o capitão de mar e guerra JOSÉ DE MELO BRAYNER a 16 de dezembro e chegou à ilha no dia 10 de janeiro de 1783, achando já a ilha evacuada pelos ingleses.

O capitão JOSÉ DE MELO BRAYNER mandou desembarcar a guarnição sob o comando do marechal de campo JOSÉ RAYMOND CHICHORRO e voltou ao Rio no dia 2 de fevereiro de 1783. Iniciou-se, então, a ocupação pelos portugueses que, além das fortificações feitas pelos ingleses, encontraram também animais e áreas cultivadas.

Foram então dadas algumas denominações aos acidentes geográficos da ilha.

Ê é então ocupada a ilha desta época até 1795 com caráter de ocupação militar, tendo também servido de presidio para reus incendiários. Durante esta ocupação, em outubro de 1785, esteve na ilha J. F. CALAUP DE LAPEROUSE encarregado de uma viagem de descoberta, não tendo sido possível permanecer na ilha os cientistas que levava por não terem tido permissão do comandante português. A 17 de julho de 1795, o conde de RESENDE mandou a fragata "Princesa da Beira" e a corveta "Comércio" para evacuar a ilha, tendo aquelas embarcações chegado de volta ao Rio no dia 11 de outubro do mesmo ano.

Século XIX (início) — Em 1800 o navio "Cherotfield" esteve na ilha e passou entre a ilha do Centro e a ilha do Sul, no arquipélago Martim Vaz, verificando que há um canal com 12 braças de água.

Em 1803, AMARO DELANO aportou na ilha da Trindade sem que haja maiores notícias desta visita.

A última referência ligada à ilha da Trindade no período do Brasil-Colônia é a dos naufragos do bergantim francês "La Jeune Sophie", comandado pelo capitão DEVEAUX que levava o conde AMERVAL e sua família para a Índia. Após se refugiarem na ilha, em 10 de agosto de 1817 o comandante e o conde, resolveram tentar a vinda ao Rio em um escalor para, se possível, voltarem a buscar os demais. Saíram no dia 18 de agosto e foram encontrados em alto mar por uma embarcação inglesa que os recebeu e trouxe até a fortaleza de Santa Cruz sãos e salvos. A escuna de guerra que foi mandada por D. João VI para socorrer os que ficaram na Trindade, lá só encontrou numa garrafa, um recado declarando terem sido levados para a Índia por um navio que se aproximando da ilha, os socorreu.

2 — Brasil-Império

Século XIX (continuação) — Com a independência em 1822, e a instauração do império ficaram estas ilhas oceânicas sob o domínio do Brasil. Nos 67 anos de duração do império contam-se apenas poucas visitas e passagens ao largo sem que qualquer fato mais interessante tivesse ocorrido com relação à ilha da Trindade — a não ser que se dê crédito às lendas que correm de ter no início deste período sido a ilha o refúgio de piratas do Atlântico sul. Em fins do século XIX correram notícias que aquêles piratas haviam deixado nela escondidos fabulosos tesouros. Entre êsses tesouros estaria parte do ouro e

prataria da catedral de Lima, retirado pelo lorde DUNDONALD, que viera como comandante da esquadra chilena para auxiliar SAN MARTIN, e que com aquiescência dêste desejava por esta forma pagar sua gente. Teria então havido uma pilhagem nestes navios pelos piratas, os quais por sua vez mais tarde foram apanhados pelos espanhóis, e a maior parte foi degolada em Havana, depois, no entanto, de terem escondido o tesouro na ilha da Trindade. Um deles escapou... e, aí vêm as lendas e vários roteiros.

Consta que de 1855 até nossos dias mais de doze expedições têm sido feitas para procurar o tesouro, evidentemente, até a última, sem resultados.

Deviam êses piratas não ser muito freqüentes na ilha, pois ao contrário teriam sido vistos pelos tripulantes do "La Jeune Sophie" em 1817. Como não há notícias posteriores dos tripulantes dêste navio que pelo recado deixado na garrafa, teriam sido levados de bom grado para as Índias, bem pode ser que...

Porém, em 1822, logo após de ter sido escondido o tesouro peruano deviam andar por lá, conforme as lendas, os piratas JOSÉ SANCHO e o ZULMIRO — oficial da marinha inglesa, pois só em 1829 o primeiro fêz saltar o seu navio e morreu com todos os seus companheiros para não ser aprisionado, e o ZULMIRO só foi prêso pelo capitão KEPPEL de uma nau inglesa, algum tempo depois de JOSÉ SANCHO ter morrido. E, no entanto, de 1822 a 1829, nada menos de cinco navegadores passaram pela ilha sem nada observarem.

OWEN (1822), e BERARD (1822) — oficial da canhoneira francesa "La Coquille", que com a corveta "Itaparica"; DUPERREY, em 6 de outubro de 1825; e, a 31 de junho de 1829, DUMONT DURVILLE comandando o "Astrolábio". Todos lá estiveram e bem observaram a ilha.

Na viagem realizada em 1839 a 1843 pelo explorador J. CLARK ROSS (1800/1862), sobrinho do, também explorador inglês, JUAN ROSS, na qual seguia entre outros JOSEPH DALTON HOOKER (1817/1911), médico e botânico, êste, estêve na ilha e colheu material da flora local.

Em 1844 o navio "Growles"; em 1846 a corveta "7 de Abril", sob o comando de MANUEL MARIA BULHÕES RIBEIRO; e em 1849 o brigue "Sociedade" no qual viajava o capitão LOBATO, estiveram nos arredores dessa ilha.

Somente há referência de uma exploração mais minuciosa, no relatório dos oficiais da corveta "Dona Isabel" que lá estiveram em 1856, comandada pelo tenente CAIO VASCONCELOS.

Em 31 de janeiro de 1871 a corveta "Niterói", comandada pelo capitão de mar e guerra ARTUR SILVEIRA DA MOTA e em 1873 a corveta "Baiana" comandada pelo capitão de fragata JOÃO ANTÔNIO ALVES NOGUEIRA, navegaram em volta da ilha e foram escritos relatórios...

Em 1876, quando da viagem para observações astronômicas feitas por ocasião da passagem do planêta Vênus, o astrônomo inglês R. COPELAND (1837/1905), então trabalhando para o observatório particular de lorde LINSAY em Dun Echt na Escócia, foram feitos estudos da flora local.

Surge, no fim do império, a segunda concessão feita sôbre a ilha da Trindade. O imperador D. PEDRO II atendendo ao requerimento de JOÃO ALVES GUERRA concede-lhe permissão para explorar a ilha da Trindade, tendo sido baixado o decreto 9334, de 29 de novembro de 1884, assinado pelo ministro e secretário de Estado ANTÔNIO CARNEIRO DA ROCHA.

Pretendia o referido concessionário explorar o solo e estabelecer e manter salinas, porém nada consta de suas explorações na ilha.

O que por esta época estêve na ilha, porém, não para explorá-la e sim em busca dos lendários tesouros, foi a expedição "Áurea" de 1885, a qual lá permaneceu 23 dias e nela perdeu dois homens, voltando sem nada obter, porém ainda esperançosa e contagiando esta ilusão a E. F. KNIGHT, que armado dos roteiros, preparou uma melhor aparelhada expedição, permaneceu também muito tempo na ilha, e voltou no seu navio "Alert" sem as preciosidades peruanas.

Por fim, em 1889, quando por lá passou o navio inglês "Ruby", encontrou a ilha como a maioria dos que a visitavam, desabitada e abandonada.

3 — *Brasil-República*

Século XIX (fim) — A primeira notícia que consta sobre a ilha da Trindade após a proclamação da República, é a da intenção de aí ser fundado um principado. A iniciativa desta aventura coube ao barão HARDEN HICKEY, americano, que por volta de 1892, distribuía prospectos nos Estados Unidos com o fim de mobilizar voluntários para aquêle empreendimento tendo, no entanto, o govêrno da República feito sentir sua opposição a qualquer tentativa desta ordem.

Há referência sobre passagem na ilha em 1894 do transporte de guerra “Penedo”, sob o comando do primeiro tenente JOAQUIM SARMANHO.

Em janeiro de 1895, o navio inglês “Barracouta”, procedeu em sigilo, porém, oficialmente, à ocupação da ilha pela Inglaterra.

Disto só teve o Brasil conhecimento em meados de 1895 seja por uma notícia publicada no *Financial Times* de Londres, transcrita no Rio a 18 de junho pelo *Rio News*, seja por uma comunicação feita por LUÍS AGOTE, professor da Faculdade de Medicina de Buenos Aires, o qual então diretor da Saúde Pública estranhou o fato de trazer um navio de entrada no pôrto, vindo de Montevidéu, documentos passados por autoridades inglesas na Trindade, fato que fê-lo procurar a legação brasileira na Argentina dando conhecimento do que se passava.

A Inglaterra, interpelada, reconheceu que ocupara a ilha com o fim de estabelecer uma base para ligação de um cabo submarino até a Argentina.

A questão foi resolvida por intervenção de Portugal, na pessoa do conselheiro SEVERAL e de D. CARLOS I, tendo a Inglaterra preliminarmente, proposto arbitramento, com com o que o Brasil não concordou. Enfim, a 6 de agosto de 1896, reconhecia a Inglaterra a soberania do Brasil sobre a ilha da Trindade.

De 11 a 30 de janeiro de 1897 estêve na ilha o navio-escola “Benjamim Constant”, levando a turma de guardas-marinha de 1896, sob o comando do capitão de fragata RODRIGUES TÔRRES, com o objetivo de retirar os vestígios da ocupação inglesa e deixar um marco de posse, o qual não tendo podido ser transportado para a terra foi substituído por uma haste com bandeira de cobre e na base da caixa impermeável, uma cópia do termo de posse e outros documentos da época, inclusive o retrato do então presidente da República, PRUDENTE DE MORAIS. O marco foi colocado próximo à enseada do Príncipe. Dessa expedição há um relatório inclusive planta da ilha organizada pelo tenente CONRADO HECK. Desta maneira finda o século XIX, tendo o Brasil impedido mais uma ocupação da ilha da Trindade, sem contudo ter sido tomada qualquer providência para uma ocupação efetiva por parte do govêrno.

Século XX — No início do século XX, foi publicada no *Diário Oficial* no período de 4 de maio a 11 de dezembro, uma documentada memória histórica, da autoria de EDUARDO MARQUES PEIXOTO, a qual após a atualização foi editada em livro em 1932, pelo Arquivo Nacional; esta memória, escrita por ocasião da última ocupação inglesa, muito auxiliou o conselheiro CARLOS DE CARVALHO na sua defesa dos interesses do Brasil.

A 4 de maio de 1910, uma divisão sob o comando do capitão de mar e guerra JOÃO FERREIRA, composta do cruzador “República” e do vapor de guerra “Andrada”, levou, também o marco cuja colocação fora tentada em 1897, pelo navio-escola “Benjamim Constant”.

Desta vez o marco foi desembarcado e levantado na ilha, na praia hoje denominada do Andrada.

O cruzador “República” fêz um levantamento hidrográfico e topográfico da ilha; no dia 20 de maio a divisão regressou ao Rio.

Em 1913, o naturalista ROBERT MURPHY, estêve na ilha da Trindade — de passagem, numa viagem à Geórgia do Sul —, tendo coligido material.

Em 24 de novembro de 1914 o "Carlos Gomes", comandado pelo capitão de fragata JÚLIO CÉSAR DE NORONHA SANTOS, e conduzindo entre outros os tenentes CASTRO E SILVA, CANTUÁRIA GUIMARÃES, e guarda-marinha TROMPOWSKI, fêz uma viagem à ilha da Trindade, da qual resultou um bem elaborado relatório do tenente CANTUÁRIA.

O "Carlos Gomes" voltou ao Rio a 7 de dezembro, tendo o tenente CANTUÁRIA apresentado o mencionado relatório ao almirante chefe do Estado Maior da Armada.

A 10 de maio de 1916, realizou-se a viagem do cruzador "Barroso" sob o comando do capitão de mar e guerra JOSÉ LIBÂNIO LAMENHA LINS E SOUSA, a fim de conduzir um contingente militar para guarnecer a ilha durante a primeira guerra mundial.

Foi esta a primeira vez que o Brasil tentou fazer uma ocupação eficaz da ilha da Trindade.

Foram construídos alojamentos de madeira, montada uma estação rádio-telegráfica, e feitos reconhecimentos e levantamentos mais precisos, tendo acompanhado esta viagem o professor BRUNO LÔBO do Museu Nacional que levava como auxiliares PEDRO PEIXOTO VELHO e JOSÉ DOMINGOS DOS SANTOS, preparadores do Museu Nacional e o Dr. LAURO TRAVASSOS assistente do Instituto Osvaldo Cruz que fizeram pesquisas e determinaram novas coletas de material pelos preparadores durante sua permanência na ilha com a guarnição que foi levada.

O Dr. BRUNO LÔBO que voltou a 9 de julho fêz um longo relatório e proferiu uma conferência, comunicando os primeiros resultados obtidos na viagem.

O médico PEDRO MARTINS, que ficou com a guarnição, também fêz longo relatório sobre as condições gerais da ilha, durante sua permanência. Os preparadores do Museu e o médico, ficaram na ilha até 7 de outubro de 1916.

A 26 de junho de 1916, o navio "Benjamim Constant", comandado pelo capitão de fragata CONRADO HECK, o qual como vimos fêz estudos da ilha na viagem de 1897, seguiu para a ilha da Trindade, chegando a 4 de julho com mantimentos para a guarnição. Novamente a 24 de setembro de 1916, o "Carlos Gomes", levando abastecimentos, seguiu para a ilha conduzindo além da guarnição para render a que lá ficara, os materiais indispensáveis à montagem da estação rádio-telegráfica que não ficou completa e ainda um casal de bovinos e um muar.

Entre os que voltaram da ilha, trouxe o navio o farmacêutico JOSÉ MARTINIANO BARBOSA que para lá havia seguido com escolhidos documentos para guiá-lo na procura dos tesouros, mas regressou sem ter alcançado seu objetivo.

Em janeiro de 1917 o "Barroso" partiu para a ilha sob o comando do capitão de fragata ISAÍAS DE NORONHA levando o primeiro tenente ARMANDO BELFORT GUIMARÃES, médico, e o naturalista PAULO DE CAMPOS PÔRTO, do Jardim Botânico. Ainda em janeiro deste ano o transporte "Sargento Albuquerque" esteve na ilha para trazer o pessoal que deveria ter vindo pelo "Barroso", que recebeu ordens para seguir rumo ao pôrto do Recife. Nesta ocasião, foram feitos estudos por aquêle cientista e um bom relatório sobre as condições da ilha, pelo tenente-médico acima referido. A 20 de outubro, o navio "Carlos Gomes" foi à ilha conduzindo além de outros, o Dr. MÁRIO RODRIGUES DE SOUSA, do Observatório Nacional, que além de se incumbir de fazer um levantamento expedito da ilha, determinou as coordenadas geográficas de um marco ainda existente e montou uma estação meteorológica de segunda classe. Foi nessa ocasião instalada a canalização de água potável e iniciada a rede de iluminação, abastecida por uma bateria de acumuladores. Já existiam, então, alguns caminhos preparados para facilitar as comunicações internas na ilha; as plantações e criações se desenvolviam normalmente.

Em 1918 o "Carlos Gomes" comandado pelo capitão de Fragata AUGUSTO CÉSAR BURLAMAQUI esteve na ilha, regressando no início de fevereiro do mesmo ano; desta época consta relatório pormenorizado sobre o desenvolvimento das plantações e sobre a luta contínua para defendê-la dos caranguejos e camondongos. Também há relatório completo sobre os animais existentes.

Em maio o “Benjamim Constant” foi à ilha da Trindade, comandado pelo capitão de mar e guerra ANTÔNIO ALVES FERREIRA DA SILVA, conduzindo a turma de guardas-marinha de 1918 regressando a 1 de novembro do mesmo ano. Durante êsse período a ilha serviu de presídio e esteve ocupada militarmente em virtude da primeira guerra mundial, sendo então mais frequentes as viagens.

A última viagem de que pudemos obter notícias foi a do “Belmonte”, em agosto de 1919, não tendo sido possível ainda nos certificar se entre esta data e a de dezembro de 1924 houve qualquer viagem à ilha da Trindade ou se ela esteve novamente em completo abandono nesse período que corresponde ao governo de EPITÁCIO PESSOA e início do quadriênio Bernardes.

As notícias que temos sobre a ilha entre essas datas se limitam a um requerimento de LUÍS FRANCISCO LEAL feito em 1922 à Câmara dos Deputados pedindo o arrendamento da ilha, o qual foi negado pelo governo que declarou ter necessidade da ilha para fins de defesa nacional e que iria criar ali uma colônia de pescadores (*Diário Oficial* de 7 de dezembro de 1922).

Em dezembro de 1924 foi novamente a ilha transformada em presídio, tendo o navio-tênder “Belmonte” sob o comando de NÉLSON PEIXOTO JÚNIOR, conduzido grande número de presos militares e civis.

Nessa viagem encontrou o cliper americano “Blossom” cujo comandante se apresentou a bordo com mais três tripulantes a fim de se entender com o comandante NÉLSON PEIXOTO JÚNIOR. No “Blossom” encontrava-se o botânico SIMMONS que colecionou várias espécies vegetais da ilha.

Em março de 1925 há registro de 2 viagens, uma do “Aspirante Nascimento” e outra do “Barroso”. O primeiro voltou ainda em maio, agosto e outubro do mesmo ano à ilha que teve nessa época, a partir de 29 de maio, como comandante, o capitão de corveta JOÃO SOARES DE PINA que desejava iniciar a feitoria de pesca, empreendimento que, no entanto não chegou a realizar.

Em novembro de 1926 o “Barroso” fez nova viagem à ilha, desta vez para reconduzir ao Rio de Janeiro a guarnição e os presos que lá se encontravam, tendo o “Belmonte” em dezembro ido com a missão de trazer o resto do material militar lá existente.

É curioso notar que nenhuma referência a outros contactos com a ilha da Trindade, tenhamos conseguido relativamente ao período de 1926, até a ocupação militar feita durante a segunda guerra mundial. Com efeito, entre os prisioneiros políticos que lá estiveram, contavam-se personalidades de destaque nas classes armadas, vitoriosas em 1930, e portanto, é estranhável que, conhecedores que eram da necessidade e conveniência de uma ocupação regular daquela ilha, não tivessem promovido sequer o estabelecimento de uma base permanente, cujo interesse vital para nosso país, sempre reconhecido nos períodos de paz, só tem sido efetivado, de forma precária, nos períodos de guerra.

Durante a segunda guerra mundial, a ilha foi ocupada com abastecimento e substituição periódica de sua guarnição, sendo de salientar nesse período as construções de madeira realizadas, o trabalho da estação meteorológica que embora precária teve funcionamento contínuo e regular e os elementos mais minuciosos sobre os aspectos topográficos da ilha, notando-se especialmente, os realizados pelo então comandante da ilha, capitão de corveta ANTÔNIO FERNANDES LOPES, cujos inúmeros e admiráveis desenhos, retratam da maneira mais fiel todos os seus principais aspectos.

Depois de ter sido novamente evacuada a ilha, temos conhecimento de uma viagem feita à mesma pelo iate “Vendaval”, em fevereiro de 1949, relatada em seus pormenores em vários números do *Yachting Brasileiro*, e após essa viagem foi realizada a expedição que ora relatamos.

C) Estudos e realizações

Entre os principais trabalhos relativos à ilha da Trindade, feitos nas diversas épocas em que ela foi visitada, convém consignar os que, resumidamente, apresentamos adiante sob os seguintes títulos gerais:

- 1 — levantamentos terrestres e observações astronômicas e meteorológicas.
- 2 — pesquisas por naturalistas.
- 3 — estudos oceanográficos.
- 4 — estudos sobre as possibilidades econômicas e militares, e os que se referem a outras realizações levadas a efeito na mesma ilha, serão apresentados sob o título geral.
- 5 — outras realizações.

1 — *levantamentos terrestres e observações astronômicas e meteorológicas*

A primeira notícia de estudo realizado na ilha da Trindade, refere-se à determinação de variação magnética feita por EDMOND HALLEY em 1700.

Em 1757, consta a expedição sob a chefia do piloto JOSEPH ALVEZ DE LIMA, encarregado pelos portugueses de proceder a um levantamento topográfico e oceanográfico na ilha, de cujos estudos não possuímos documentação.

Em 1914 com o relatório *Cartuária* temos as primeiras informações mais particularizadas sobre as condições topográficas e hidrográficas da ilha.

De 1941 a 1945, na última ocupação, temos os melhores informes sobre as condições meteorológicas. Sobre os demais trabalhos de levantamentos constam apenas referências imprecisas e não conseguimos obter para exame a respectiva documentação.

2 — *Pesquisas por naturalistas*

A primeira notícia de interesse pelas pesquisas e levantamentos florísticos e faunísticos da ilha é a das instruções dadas por D. LUÍS DE VASCONCELOS E SOUSA, em 1782, ao primeiro comandante da ilha da Trindade, capitão MANUEL RODRIGUES SILVANO, para dela “re-meter tudo o que pertence à história natural”, “tudo o que ali se encontrar de raridade”. Mas, nada consta do material coligido por ordem daquele vice-rei do Brasil, fundador da Casa de História Natural ou dos Pássaros, atual Museu Nacional.

Em 1785, houve a tentativa frustrada pelos portugueses que ali se encontravam, de pesquisas naturalistas por parte de LAPEROUSE e seus auxiliares.

Na viagem de J. CLARK ROSS, de 1839 a 1843, foram feitas pesquisas geológicas e botânicas por ROSS e HOOKER, já mencionadas.

Em 1876, R. COPELAND realizou pesquisas botânicas e ainda na mesma data, verificou-se pelos relatórios das expedições do “Challenger” que vários materiais foram coligidos, tendo sido provavelmente obtidos quando, com biólogos e geólogos, passou de volta à Europa, pela ilha da Trindade. Entre cientistas contavam-se JOHN MURRAY, H. N. MOSELEY, WILLEMOES — SUHM, TIZARD e J. Y. BUCHANAN.

Algum material também foi colhido por E. F. KNIGHT em 1885 na sua expedição com o navio “Alert”.

Em 1913, ROBERT MURPHY em sua viagem à Geórgia do Sul, coligiu material de História Natural.

Em 1916/17, BRUNO LÔBO, do Museu Nacional, PAULO CAMPOS PÔRTO, do Jardim Botânico, e TRAVASSOS, do Instituto de Manguinhos, durante a ocupação na primeira guerra mundial, colheram e classificaram também material da ilha da Trindade para os estudos florísticos e faunísticos dessa ilha.

Finalmente, em 1924, o botânico SIMMONS coletou várias espécies vegetais da ilha em sua viagem no cliper americano “Blossom”.

3 — *Estudos oceanográficos*

Sobre os estudos oceanográficos, encontramos as seguintes referências:

Em 1800, a verificação do canal entre as ilhas Centro e Sul do arquipélago Martim Vaz, pelo navio “Cherotfield”.

Em 1822, o levantamento hidrográfico feito pela canhoneira francesa “La Coquille”.

Em 1825, os levantamentos feitos por DUPERREY.

Em 1829, o levantamento feito na expedição do “Astrolábio”, comandado por DUMONT DURVILLE.

Em 1856, o levantamento feito pelos oficiais da corveta “Dona Isabel”, comandada pelo tenente CAIO VASCONCELOS.

Em 1871 e 1873, os levantamentos feitos pelas corvetas “Niterói” e “Baiana”, comandadas pelos capitão de mar e guerra ARTUR SILVEIRA DA MOTA e capitão de fragata JOÃO ANTÔNIO ALVES NOGUEIRA.

Em 1910, o levantamento hidrográfico feito pelos oficiais do cruzador “República”.

Outros levantamentos deverão ter sido feitos, especialmente, pelos ingleses e americanos, nas pesquisas gerais nos oceanos, porém, não encontramos referências precisas sobre esses trabalhos.

4 — *Estudos sobre as possibilidades econômicas e militares*

A primeira referência, como vimos no item relativo a reconhecimento e ocupação, de interesse no aproveitamento econômico da ilha, é a da tentativa de organização de uma feitoria da Companhia Real da África, para comércio de escravos da Costa da Mina, feita em torno de 1722 pelo duque de XAMBRE, do qual, no entanto, não possuímos informes seguros.

De 1781 a 1782 a guerra anglo-espanhola, mostra o interesse militar reconhecido pelos ingleses, da ilha da Trindade.

De 1783 a 1785, a ocupação portuguesa foi ainda feita reconhecendo na ilha apenas interesse militar e local para presidio de réus de crimes especiais.

A crer-se nas lendas, de 1800 a 1830, a ilha teria tido o interesse de esconderijo e velhacouto dos piratas do Atlântico.

Em 1884, JOÃO ALVES GUERRA pretendeu explorar o solo e manter salinas, tendo para isto, obtido concessão do imperador D. PEDRO II, sem, no entanto, ter levado a efeito tal empreendimento.

Em 1895 e 1896 a nova ocupação inglesa não teve, pelo menos explicitamente, interesse militar e sim o de organizar na ilha uma base para a ligação de um cabo submarino até a Argentina.

Na primeira guerra mundial, a ilha foi ocupada por interesse militar.

Em 1922, LUÍS FRANCISCO LEAL, pediu arrendamento da ilha para explorá-la economicamente, o que lhe foi negado com fundamento no alto interesse de defesa nacional que ela representa.

Na segunda guerra mundial foi a ilha novamente ocupada, justificando-se mais uma vez, as grandes possibilidades que apresenta para fins militares de defesa nacional.

5 — *Outras realizações*

Na ilha da Trindade, conforme vimos no resumo histórico apresentado, à exceção dos marcos de posse e das construções de madeira que ainda lá existem, feitas durante as duas conflagrações mundiais, e ainda, as precárias canalizações de água, rês de transmissão de energia elétrica, estação rádio-telegráfica, estação meteorológica, cemitério e caminhos rudimentares, somente ligeiras plantações e criação em pequena escala, compõem todo o acervo de realizações feitas pelos brasileiros.

Os ingleses e portugueses teriam construído fortificações e habitações de tipo mais durável, cujas ruínas, porém, não nos permitem ajuizar do vulto das obras. As referências e documentação existente são também insuficientes para um julgamento seguro.



Fig. 5 — “Pillon Lara”.

Mais fácil é verificar-se a obra de destruição, provocada direta ou indiretamente pelos que por lá passaram, especialmente, no revestimento florístico — e portanto no próprio solo —, bem como na fauna natural, sobretudo nos caranguejos e tartarugas pela quebra do equilíbrio biológico, resultante da introdução de outras espécies animais.



Fig. 6 — Plateau I acima da praia dos Portugueses.

III — SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

Um dos problemas de maior interesse para a expedição João Alberto era a determinação dos dados necessários à perfeita delimitação das condições geográficas da ilha da Trindade pelo levantamento com os mais rigorosos processos, da sua posição geográfica, da sua planta topográfica, planimétrica e altimétrica e das curvas de nível batimétricas em torno da ilha. Para tanto, foram entabulados entendimentos com os órgãos de nossa Marinha de Guerra, especialmente interessada no conhecimento desses dados e com o Conselho Nacional de Geografia, desejoso de poder melhor situar em nossas cartas gerais, esta parte de nosso território bem como de poder apresentar mapas mais fiéis desta região brasileira tão pouco conhecida, sob esses aspectos.

A expedição contou assim com a participação preciosa dos capitães-tenentes MAXIMILIANO FONSECA e PAULO PEDRO PRAGANA, da Diretoria de Hidrografia e do engenheiro PEDRO GRANDE, do Conselho Nacional de Geografia, além do capitão-tenente PAULO MOREIRA DA SILVA, especialista nas questões oceanográficas,

A aparelhagem de que dispôs para suas observações foi a mais completa e os resultados obtidos foram os mais satisfatórios. Faremos adiante uma síntese dos trabalhos realizados, pela expedição, neste setor, comparativamente aos conhecimentos que até então possuíamos sobre esses aspectos da ilha da Trindade.

A) Posição e suas várias determinações

Como vimos, no capítulo relativo ao descobrimento, a posição da ilha da Trindade apareceu sempre na bibliografia especializada com os mais variados deslocamentos, tanto em latitude com em longitude. A partir, no entanto, do início do século passado, os valores das coordenadas geográficas que lhe eram atribuídas, passaram a oscilar apenas 2' dos valores reais. A observação mais precisa anteriormente feita foi a realizada pelo astrônomo MÁRIO RODRIGUES SOUSA, do Observatório Nacional, em 1917, que não dispo de estação radio-telegráfica para determinação da hora, serviu-se de um bom equipamento de cronômetros aferidos antes de partir e depois das observações, em sua volta, de modo que os resultados obtidos ficaram muito próximos daqueles agora conseguidos com melhor aparelhagem. Pelas suas observações, as coordenadas geográficas do marco assinalado na planta eram as seguintes:

Latitude sul	20°.30'.18".5 sul	
Longitude oeste	29°.18'.55".5 O	
Declinação magnética	20°.02'.30". O	(1917)

Embora não tenhamos cópia do relatório apresentado pelos capitães-tenentes MAXIMILIANO FONSECA e PAULO PEDRO PRAGANA, verificamos que os resultados obtidos nas observações por eles feitas são para o ponto assinalado na planta levantada por nós, as seguintes coordenadas geográficas:

Latitude sul	20°.30'.18".0 sul	
Longitude oeste	29°.18'.49".3 O	
Declinação magnética	22°.50'.17". O	(1950)

Os resultados destas observações estão sujeitos ainda a pequena retificação, pois as determinações dos valores foram feitas gráficamente. Estão sendo recalculados pelos processos analíticos com as correções de segunda ordem, a fim de serem obtidos os valores compatíveis com a precisão dos instrumentos utilizados.*

* Recebemos do tenente PRAGANA os seguintes valores, já retificados:

Latitude	20° 30' 18".809
Longitude	29° 18' 48".516

Quanto à declinação, também o valor obtidos, vai ser ainda corrigido após comparação a ser feita no Observatório de Vassouras, podendo assim ser ligeiramente modificado.

Assim, a distância entre a costa do Espírito Santo, — no ponto que corresponde à localidade denominada Pôrto da Fruta, logo ao sul de Vitória, — à ilha da Trindade, medida sobre o paralelo de $20^{\circ}.31'$, é de, aproximadamente 1 140 quilômetros.

Da maior precisão a essa distância, indicando seu valor em metros como tem sido feito pelos observadores até então, não tem qualquer sentido, pois não só não há precisão da ordem de grandeza de 1 metro na determinação da longitude do ponto da costa do Espírito Santo, que fica sobre o paralelo de $20^{\circ}.31'$, como, ainda menos, os mapas disponíveis permitem a determinação de um ponto correspondente na ilha da Trindade, sobre o mesmo paralelo, com tal precisão.

Aliás, é um erro comum, nos trabalhos técnicos entre nós, o de apresentar resultados com números que não exprimem a ordem de grandeza dos erros inevitáveis nas observações feitas. No presente caso citaremos os seguintes valores relativos a estas distâncias:

RAPPER (The pratic of navigation)	1 205,652
E. F. KNIGHT — 1885	1 296,400
CANTUÁRIA GUIMARÃES — 1914	1 137,128
ANTÔNIO L. COSTA ALMEIDA — 1840	972,300
XAVIER DE BRITO e B. CARVALHO DAEMON	666,720

É evidente, pela própria comparação desses valores, — que diferem uns dos outros de muitas dezenas de milhares de metros, — que nenhum deles deveria ser expresso senão (e já com excesso de precisão aparente) em quilômetros, mesmo porque seria impraticável com os meios disponíveis para as antigas observações obter-se valores de longitude com erros inferiores a $1'$, o que por si só já representava, sobre o paralelo da ilha, erros superiores a 1 700 metros no cálculo de sua distância à costa brasileira.

Embora sejam em número pequeno as observações efetuadas para a declinação magnética, podemos calcular em, aproximadamente $+5'.0$ a variação anual dessa declinação.

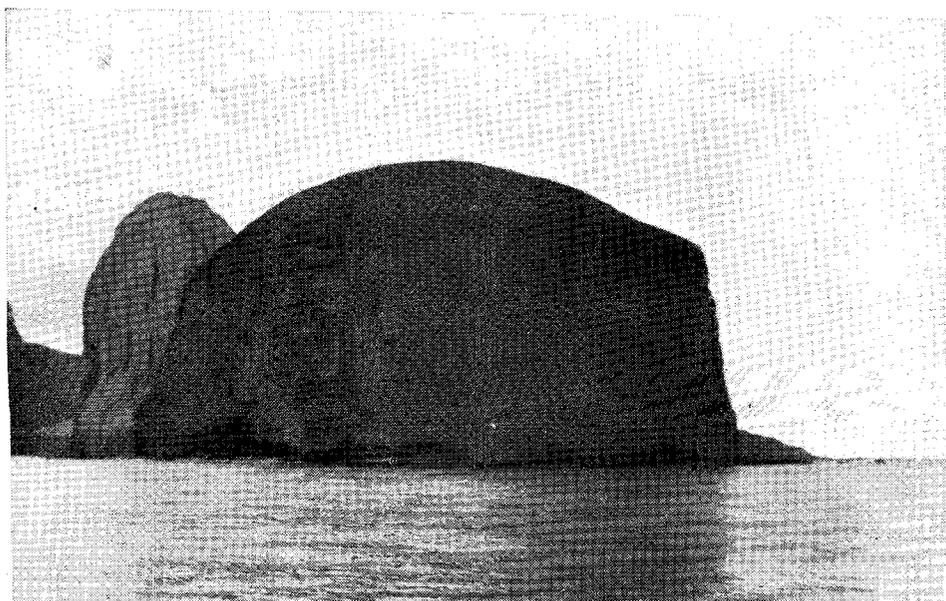


Fig. 7 — O Paredão.



Fig. 8 — O túnel, atravessando as cinzas vulcânicas do Paredão.

B) Cartas geográficas e toponímia

A não ser as referências e desenhos da ilha, feitos por DUCHEZ DE VANCY, na viagem de EDMOND HALLEY e os planos traçados por BERNIZET, na viagem de 1785 com VANJUAS, BAUTIN, LAMARION, MONNERON, de la MARTINIÈRE, chefiados por LAPEROUSE e levantamentos feitos pelos ingleses nas suas ocupações, o primeiro mapa da ilha da Trindade de que temos notícia é o levantado por ANTÔNIO DE SOUSA COELHO e ANTÔNIO RODRIGUES MONTEZINHO na viagem em que o capitão de mar e guerra JOSÉ DE MELO BRAYNER, mandou desembarcar a guarnição sob o comando do marechal de campo JOSÉ RAYMOND CHICHORRO, em janeiro de 1783; esta carta é reproduzida na publicação n.º 28 do Arquivo Nacional, que divulgou a *Memória Histórica*, sobre a ilha da Trindade, de EDUARDO MARQUES PEIXOTO. Entre os acidentes geográficos cuja toponímia é legível na carta, encontramos:

Na face nordeste, a ponta da Crista do Galo; a ponta do Valado; ponta e parcel das Tartarugas; pôrto da Canoa e praia das Tartarugas.

Na face sudeste, morro do Pão de Açúcar; pôrto do Príncipe; ponta dos Cinco Fari-lhões e ainda o forte da Rainha. Neste mapa acham-se anotadas as áreas cultivadas e as edificações existentes.

Em 1825, DUPERREY já se referia ao nome do Monumento, sendo portanto essa denominação anterior à data da citação. Esse morro era chamado pelos ingleses de Ninepins.

Em 1897, a expedição do navio "Benjamim Constant" que levava o marco de posse, acrescentou alguns nomes aos já existentes; entre eles os de Torreão que segundo parece deve ser o atual Desejado e morro Furado (atual morro do Paredão ou morro do Túnel) referindo-se ainda a um ponto denominado Vigia do Alto que deve ser o atual pico do Vigia.

Em 1910, a viagem dos navios "República" e "Andrada" fazem referência a outros acidentes geográficos como o Obelisco, ponta de Agulhas, morro de São Bonifácio, Anita Garibaldi (?).

Na planta do tenente CANTUÁRIA, em 1914, há ainda referência ao pico da Grazina; pico Seis; pico Desejado; pico da Trindade; ilha da Racha; praia dos Portugueses; praia

do Morro; praia do Marco; praia da Cachoeira; praia Vermelha; morro do Sapé; morro Vermelho; morro Verde; morro do Filhote e morro n.º 1.

Não nos foi possível consultar a planta feita pelo capitão de fragata RODOLFO PENA, comandante do "República".

No relatório do tenente-médico PEDRO MARTINS, em 1916, há referência à fonte do Barril que é a queda d'água ao lado do pôrto do Príncipe, ao morro do Precipício e ao morro das Tartarugas.

A *Revista Marítima Brasileira* — vol. 5 e 6 — publica uma memória onde se lê referência à praia Empedrada, recifes Alagados e recifes das Pedras Rasas.

No relatório do tenente ARMANDO BERFORT, em 1917, há referência às seguintes denominações: fonte da Cachoeira, fonte dos Portugueses e fonte do Valado.

No relatório de BRUNO LÔBO lemos referência às seguintes toponímias: fonte do Pôsto, fonte Escondida e cachoeira dos Portugueses.

Posteriormente à colocação do marco foi dado o nome de praia do Andrada e ainda surgiram outras designações que se encontram na carta da ilha levantada pelo Ministério da Marinha, em 1917, e atualizada em 1944, tais como: praia dos Cabritos, pedra do Tubarao, pedra do Meio, pico Preto, pico Pontudo, pico N. S. de Lourdes, pico Castelo, pico Branco, ilha da Rachada, ponta da Cachoeira, ponta do Sul, ponta do Príncipe, ponta do Paredão, ponta do Túnel, ponta da Pedra, ponta do Monumento e ponta do Noroeste.

E curioso citar, embora não tenha sido oficializada, a toponímia da Trindade, dada pelos presos políticos de 1924 a 1926 e constante de um esboço topográfico da ilha, assinado em 1926 por C. CHEVALIER.

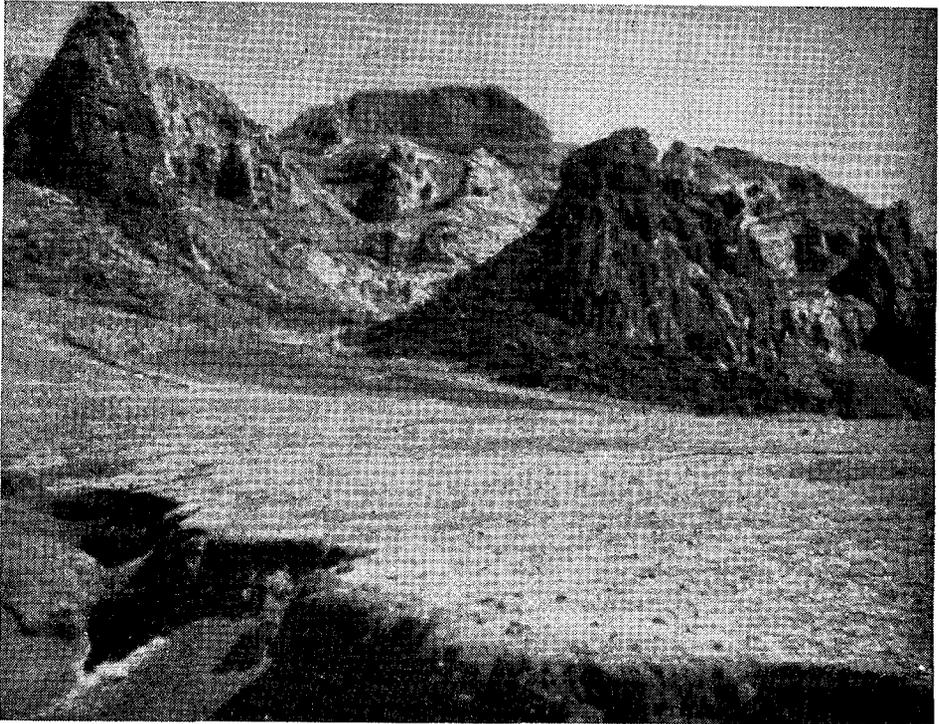


Fig. 9 — *Subida do plateau para o plateau II.*

Acidentes da costa no sentido destrogiro

Praia dos Portugueses, praia Isa, praia das Tartarugas, praia Edite, praia dos Príncipes, praia Capitão Costa Leite, praia dos Caboclos, praia Dona Hortensinha, praia Leda, praia D. Nazaré Prado, praia dos Cabritos, enseada Pedro Ernesto, enseada Ministro Sebastião

de Lacerda, enseada Carlos Prestes, enseada Assis Brasil, enseada Tenente Cleto, cais Capitão Maynard, ponta General Xavier de Brito, ponta dos Cinco Farrilhões, ponta do Galo, ponta do Valado, banco Capitão Dubois, túnel Tenente Jânsen, refúgio Madame Simoni, refúgio Viúva Gomes, abrigo D. Alice Brasil, abrigo D. Isabel, abrigo D. Leonor, paul Sra. Almirante Cavalcanti, gruta Tenente Azauri, monumento 5 de Julho e Copacabana.

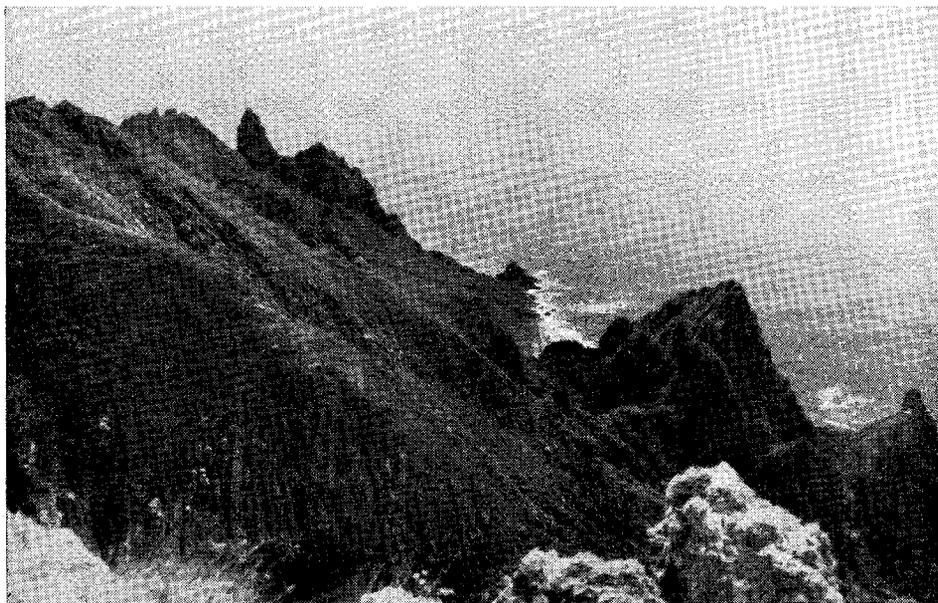


Fig. 10 — *Vertentes fonalíticas.*

Grutas e picos do norte para o sul

Pico Crista do Galo, pico Tenente Barata, pico Dedo de Deus, pico São Bonifácio, pico Comandante Protógenes, pico Desejado, pico Trindade, pico Joaquim Távora, pico Capitão Vasconcelos, pico Copa, pico Siqueira Campos, pico Verde, pico General Clodoaldo, pico Vermelho, pico Castelo, pico Civil Revoltoso, pico Pão de Açúcar, gruta Tenente Hugo, gruta N. S. de Lourdes, pedreira Tenente Benévolo, planalto General Miguel Costa, planalto Marechal Isidoro, planalto Tenente Gomes, morro Grazina, morro do Paredão, e monte do Tesouro.

Outros acidentes do norte para o sul

Caminho General Silvestre, acampamento General O. Bacelar, forte da Rainha, situados fora do local; devem ser vestígios do outro forte do tempo dos ingleses, floresta Mme. B. James, acampamento Tenente Cunha e campo Tenente Carpenter.

As fontes de água receberiam as seguintes denominações

Rio Tenente Cascardo, o da praia dos Portugueses; rio Tenente Azamor, rio Newton Prado, rio Couraçado São Paulo, rio Torpedeira Goiás e rio da Cachoeira, todos na face sul.

Durante a viagem da expedição João Alberto, por iniciativa da equipe de jornalistas que fêz parte da mesma, foram sugeridas mais as seguintes denominações para acidentes geográficos da ilha:

Pico João Alberto, pico Baependi e pico Beberibe.

O professor VELTHEIM propôs ainda a denominação de morro dos Pacotes, como veremos adiante.

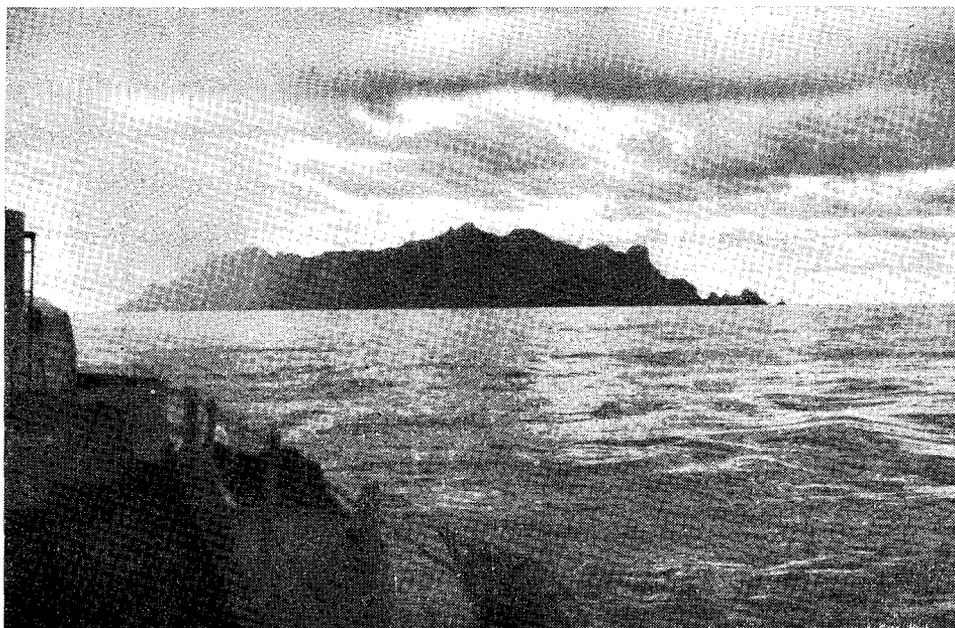


Fig. 11 — Aspecto do céu antes da chuva, no dia de partir.

Quanto à parte altimétrica das cartas existentes, as falhas e divergências são muito grandes. As altitudes foram determinadas por processos de pouca precisão, resultando não se ter mesmo certeza sobre qual o pico mais alto da ilha. Na carta da Marinha e no esboço topográfico dos presos políticos no qual as altitudes foram tomadas por observações barométricas corrigidas pelo gráfico de A. WEILERMANN, os pontos mais altos variam de 600 a 640 metros, sendo, que pela carta da Marinha, o pico mais alto é o Desejado e naquele esboço o mais alto é da Trindade.

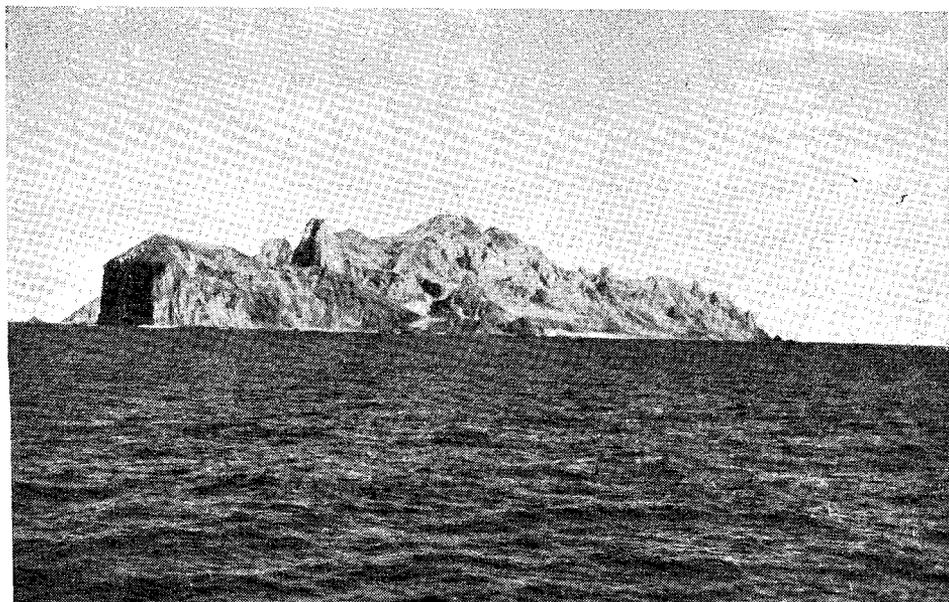


Fig. 12 — Aspecto geral da jace leste da ilha.

Como se vê, são deficientes e imprecisas as cartas existentes.

Com o fim de eliminar essas lacunas no conhecimento geográfico do nosso território, a expedição João Alberto providenciou um levantamento de precisão com medição de uma base de cerca de 350 metros e uma triangulação amarrando os principais picos de face nordeste, de modo a obter referências que permitissem proceder-se à restituição dos pares estereoscópicos fotografados pela Marinha Americana e fornecidos à nossa Marinha, durante a última guerra.

Os levantamentos feitos durante a permanência da expedição na ilha encontram-se em anexo e incluem o cadastro das construções existentes, bem como a localização dos principais marcos de referência e altitude dos principais picos visados.

Providenciamos, a pedido do ministro JOÃO ALBERTO, a restituição da planta com base nos referidos pares estereoscópicos. No entanto, até esta data não nos foi possível o empréstimo daqueles elementos pertencentes à Marinha de Guerra, motivo pelo qual deixa de constar no presente relatório a carta planimétrica e altimétrica da ilha, que seria talvez uma das maiores contribuições que teria prestado a expedição João Alberto.

Solicitamos, também, ao Conselho Nacional de Geografia, que por seu intermédio fossem obtidas cópias dos pares estereoscópicos, pois o ministro JOÃO ALBERTO autorizou-nos a promover os trabalhos de restituição por conta da expedição. Até o momento, no entanto, esta solução também não foi possível.



Fig. 13 — O ministro JOÃO ALBERTO examina o local para a pista de pouso e os locais para as futuras estradas na ilha.

Assim as dimensões da ilha da Trindade, sua área e seu relevo só poderão ser melhor conhecidas quando forem solucionadas essas dificuldades de utilização daquelas fotografias aéreas. Até então, teremos que admitir com grosseira aproximação que a área da Trindade é de 9,5 quilômetros quadrados e seu comprimento e maior largura são, respectivamente, 6,0 quilômetros e 2,4 quilômetros.

C) Levantamentos terrestres e oceânicos

As plantas anexas, já referidas, mostram os trechos levantados em terra.

Os levantamentos batimétricos constam de uma carta preparada pelos técnicos da Marinha durante a estada dos navios "Beberibe" e "Bacpendi", da expedição João Alberto, carta esta de que não possuímos cópia, porém, examinamos durante o tempo da expedição e nos propusemos a retificar após a execução da planta terrestre. Esta retificação é indispensável porquanto os levantamentos batimétricos foram feitos tomando-se a posição dos navios em referência aos acidentes topográficos constantes da carta da ilha, impressa pela Marinha, e, esta carta apresenta enormes diferenças da verdadeira configuração topográfica da Trindade. Estávamos também autorizados pelo ministro JOÃO ALBERTO a, terminados os dois trabalhos, relativos aos levantamentos terrestres e oceânicos, executar uma maqueta da ilha e suas circunvizinhanças, trabalho este também prejudicado pelas razões já expostas.

D) Fotocarta e sua restituição

Apresentamos em anexo uma redução da fotocarta levantada pela Marinha Americana e, aproximadamente na mesma escala, a planta da Marinha Brasileira. Verifica-se a grande necessidade de ser providenciada a planta mais exata da ilha pela restituição fotogramétrica dos elementos de que dispõe a Marinha. São visíveis as grandes divergências da forma do contorno da ilha e pela própria fotocarta sente-se como é impreciso o traçado de altimetria, naquela planta. Aguardamos, assim, com o maior interesse, a solução das dificuldades ainda existentes na utilização dos pares estereoscópicos para que a expedição João Alberto possa prestar este relevante serviço de permitir aos nossos meios técnicos e científicos um melhor conhecimento desta parte do território brasileiro.